ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir

COMUNICADO 04/2013

MAIS UM ATAQUE INFAME À CONDIÇÃO MILITAR POR PARTE DESTE GOVERNO

No passado dia 3 de maio, o primeiro ministro (PM) de Portugal veio anunciar mais um brutal ataque aos salários dos Portugueses. Desta vez, com hora marcada, o PM anunciou um rol de medidas de austeridade que irão afundar ainda mais o nível de vida de milhões de Portugueses levando-os à ruina, onde se incluem os Militares das Forças Armadas, bem como aumentar a espiral recessiva em que o País se encontra.

De entre as medidas de austeridade e os cortes que irão incidir especialmente sobre os Militares, destacamos as seguintes:

- Aumento da idade de passagem à situação de Reserva dos 55 para os 58 anos. Esta medida se vier a ser aplicada, tomando em linha de conta que já existe o congelamento de ingressos e de passagens à Reserva, colocará as Forças Armadas com um quadro de pessoal envelhecido, situação completamente antagónica com a necessidade do cumprimento das suas variadas missões;
- Esta medida irá fazer com que os Militares acabem por cumprir mais anos de serviço, fazendo obrigatoriamente mais descontos para no final receberem menos valor de pensão de reforma;
- O PM, ao anunciar a revisão da Tabela Remuneratória Única da Função Pública, na qual se incluíram os militares, conduzirá a que os cortes dos salários, ditos temporários, passarão a definitivos;
- Os descontos para a ADM passarão dos atuais 1,5% para 2,5%, cortando assim mais 1% no nosso já parco vencimento líquido;
- Estão previstos os cortes de suplementos remuneratórios que, tudo indica, implicará a redução dos nossos empobrecidos orçamentos familiares;
- Eliminação dos aumentos da contagem de tempo de serviço atribuídos por via da especificidade da Condição Militar, que se caracteriza por permanente disponibilidade para o serviço, trabalho extraordinário não remunerado, sujeição a um regime disciplinar próprio, restrição de direitos de cidadania, do desempenho de funções em condições de risco, perigosidade e insalubridade.
- Redução do valor das pensões de reforma por alteração da fórmula de cálculo do fator de sustentabilidade que leva em conta a esperança média de vida;
- Os dias de férias irão passar de 25 para 22 dias úteis, aumentando assim o número de dias de trabalho sem a devida compensação salarial o que só fará aumentar a precariedade no trabalho e da exploração.

Estas medidas, são o espelho da política de classe que este governo está a levar a cabo em Portugal, colocando o ónus da crise em cima dos trabalhadores e do povo português, esquecendo a especulação financeira, os grandes grupos económicos e a banca, esses sim os grandes causadores e beneficiários desta crise.

Mas nem só o anúncio do PM foi importante, pela negativa, na semana passada.

ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir

COMUNICADO 04/2013

Foi apresentado, com pompa e circunstância como tem sido apanágio destes governantes, um documento chamado de Documento de Estratégia Orçamental 2013-2017 (DEO), que embora não trazendo nenhuma medida quantificada de cortes que o PM apresentou no dia 3 de maio, tem nas entrelinhas muito de gravoso para os portugueses.

Entre muitas falácias e contradições, apresentaremos apenas algumas das medidas inscritas no documento.

O DEO apresenta como necessidade que *"o Estado ao serviço dos Portugueses só poderá ter a dimensão que os cidadãos possam pagar."*, ou seja, para quem tem dinheiro o Estado cumpre com as suas obrigações, quanto aos outros…

Acrescenta ainda que *"o esforço de consolidação orçamental irá durar mais do que uma geração"*, e aqui importa alertar as Praças das FFAA's que não basta aquilo por que estamos a passar, mas estas medidas estender-se-ão aos nossos filhos e netos. Quem poderá viver, sabendo que ao roubo dos nossos salários e subsídios nada foi feito para salvaguardar o futuro daqueles que de nós dependem? Os nossos governantes querem maior intranquilidade, maior desmotivação nas fileiras das FFAA's do que esta? Como poderemos nós, Militares, homens e mulheres que servem a Pátria, cumprir com as missões que nos são atribuídas sabendo que o futuro dos nossos filhos está hipotecado?

A AP quer referir que uma das contradições insanáveis explanadas neste documento passa pela afirmação de que *"Portugal construiu um Estado Social moderno e abrangente. Aumentou fortemente as qualificações do seu capital humano. Acumulou riqueza como nunca em outro período da sua História."*

O estado social moderno e abrangente é aquele que retira direitos, corta na saúde, na educação e nos apoios sociais? Onde param os homens e mulheres qualificados, muitos deles no desemprego e mandados emigrar? O documento fala aqui em riqueza. Mas qual riqueza? A que foi delapidada em inúmeras privatizações de setores estratégicos nacionais? Ou a riqueza que foi dada ao desbarato quando se decidiu abdicar da produção nacional?

A Associação de Praças quer alertar o governo que estas medidas e esta previsão negra do futuro é que colocam em causa a coesão e a disciplina nas Forças Armadas.

Por isto, a AP apela a todas as Praças das Forças Armadas para não se deixarem enganar por palavras afáveis e deturpadoras da realidade com que este governo nos intoxica, quer através da comunicação social por via dos comentadores do sistema quer através de declarações dos próprios ministros.

QUEM LUTA NEM SEMPRE GANHA, MAS QUEM NÃO LUTA PERDE SEMPRE!

A Direção,
Lisboa, 9 de maio de 2013

Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lte 12 – Loja B – 1750-403 Lisboa – Tel - 217 552 939 – Fax - 214 056 487 – Email – geral@apracas.pt